



Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 134,
de 16/08/17, pg. 2
Responsável

91
25

ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SÉRGIO LEÃO

RESOLUÇÃO Nº 13.367


Processo: 201700701-00
Origem : Câmara Municipal de Abaetetuba
Assunto : Consulta - 2017
Responsável : **Reginaldo Rodrigues Mota**
Relator : **Conselheiro Sérgio Leão**

EMENTA: Consulta. Câmara Municipal de Abaetetuba. Revisão Geral Anual da Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo Municipal, e dos Subsídios dos Vereadores.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do disposto no art. 1º, inciso XVI, da Lei Complementar nº 109/2016, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, às fls. 12 a 19, que passam a integrar esta decisão.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 06 de julho de 2017.


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente


Conselheiro **Sérgio Leão**
Relator

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves, Mara Lúcia, Conselheiros Substitutos Alex Cunha, Sérgio Dantas, e a Procuradora Maria Regina Cunha.

WG



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SÉRGIO LEÃO

RESOLUÇÃO Nº: 13.367/2017

PROCESSO Nº.	201700701-00
ORIGEM	CÂMARA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
EXERCÍCIO	2017
INTERESSADO	REGINALDO RODRIGUES MOTA
ASSUNTO	CONSULTA
INSTRUÇÃO	1ª CONTROLADORIA

Trata-se de consulta formulada pela Câmara Municipal de Abaetetuba, com amparo nos arts. 298 a 302 do Regimento Interno deste Tribunal – RITCM-PA, pela qual requer manifestação desta Corte acerca da Revisão Geral Anual da Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo Municipal e dos Subsídios dos Vereadores, quais sejam:

– O índice, utilizado nas Revisões Gerais Anuais dos Servidores públicos Municipal, obrigatoriamente, será o IPCA? Podemos usar quais quer índice inflacionário oficial como INPC, IGPM e outros, considerando a viabilidade orçamentária e a capacidade financeira do Município?

– Podemos utilizar o índice acumulado incluindo períodos anteriores (anos) que não tenham sido corrigidos?

– Considerando que Leis Municipais específicas promovem a Revisão geral Anual dos Servidores Públicos do Município, à exceção dos agentes políticos. Para os servidores do Legislativo há obrigatoriedade de Lei específica de Iniciativa da Câmara Municipal?

– Quais as providências a ser adotado, caso afirmativo a resposta.

O Município de Abaetetuba encontra-se afeto a esta Relatoria, no exercício de 2017, mediante sorteio, nos termos do art. 67, do Regimento Interno vigente.

Os autos foram encaminhados, no permissivo do art. 300, § 4º, do RITCM-PA para juntada de eventuais precedentes deste TCM-PA e elaboração de parecer, o qual torno parte integrante do presente relatório.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SÉRGIO LEÃO

A Câmara Municipal de Abaetetuba, representada por seu Presidente Sr. Reginaldo Rodrigues Mota, com amparo nos artigos 298 a 302, do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, encaminhou consulta (fl. 01) pertinente a Revisão Geral Anual da Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo Municipal e dos Subsídios dos Vereadores, conforme segue:

– O índice, utilizado nas Revisões Gerais Anuais dos Servidores públicos Municipal, obrigatoriamente, será o IPCA? Podemos usar quais quer índice inflacionário oficial como INPC, IGPM e outros, considerando a viabilidade orçamentária e a capacidade financeira do Município?

– Podemos utilizar o índice acumulado incluindo períodos anteriores (anos) que não tenham sido corrigidos?

– Considerando que Leis Municipais específicas promovem a Revisão geral Anual dos Servidores Públicos do Município, à exceção dos agentes políticos. Para os servidores do Legislativo há obrigatoriedade de Lei específica de Iniciativa da Câmara Municipal?

– Quais as providências a ser adotado, caso afirmativo a resposta.

Preliminarmente cumpre analisar a regularidade da presente consulta, que para tanto, observada a competência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, contida no artigo 1º, inciso XVI, da LC nº. 109/2016, deverá cumprir as formalidades insculpidas nos arts. 298 e 299, do RITCM-PA, abaixo transcritos:

Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1.º, XVI, da Lei Complementar n.º 84, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I – ser formulada por autoridade legítima;

II – ser formulada em tese;

III – conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SÉRGIO LEÃO

IV – versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.

Art. 299. Estão legitimados a formular consulta:

I – o Prefeito;

II – o Presidente da Câmara Municipal;

III – os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais;

IV – os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional;

V – as entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

Assim, considerando que o solicitante cumpriu as exigências formais, opinamos pela ADMISSIBILIDADE da presente Consulta.

DO PARECER TÉCNICO

Inicialmente é importante esclarecer que a Revisão tem como objetivo a recomposição de perdas inflacionárias e é aplicável aos servidores e agentes políticos, no curso do mandato/legislatura.

A Revisão Geral Anual, tal como prevista pela Constituição Federal, a qual limitada à observância do limite estabelecido na recomposição das perdas inflacionárias, anualmente apuradas, deve ter como base os índices oficiais (INPC, IPCA, IGMP, etc), no que qualquer valor que ultrapasse tal limite importará em aumento real, o que é expressamente vedado aos agentes políticos, no curso da legislatura.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SÉRGIO LEÃO

A Instrução Normativa n.º 004/2015, em seu TÍTULO II, artigos 5º ao 9º, traça as diretrizes de análise da regularidade e legalidade dos atos que instituem a revisão remuneratória e de subsídios dos agentes políticos, no que transcrevemos:

Art. 5º. *A Revisão Geral Anual, tal como prevista no art. 37, X, da CF/88, corresponde à reposição das perdas inflacionárias, anualmente apuradas, concedida linearmente a todos os servidores públicos, por meio de Lei específica, obrigatoriamente, mediante a qual, extensível aos agentes políticos.*

§1º. *No ato legal de concessão da Revisão Geral Anual, deverá ser consignado, obrigatoriamente, o índice de inflação oficial utilizado, bem como o período de apuração da inflação acumulada, sob pena de glosa de despesa e possibilidade de rejeição das prestação das contas;*

§2º. *Qualquer valor que exceda à recomposição das perdas inflacionárias apuradas importará em aumento real remuneratório, correspondente a reajuste.*

Art. 6º. *A revisão dos subsídios de Prefeitos, Vice – Prefeitos e Secretários Municipais, será procedida através lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, desde que precedida de revisão geral concedida aos servidores do Executivo, na mesma data, período de apuração e índice inflacionário aplicado.*

Art. 7º. *A revisão dos subsídios dos Vereadores poderá ser efetivada através de lei específica, Resolução ou Decreto Legislativo, de iniciativa da Câmara Municipal, desde que precedida de revisão geral concedida aos servidores do Legislativo, na mesma data, período de apuração e índice inflacionário.*

Art. 8º. *A revisão da remuneração dos servidores do Poder Executivo Municipal será procedida, obrigatoriamente, mediante lei específica, de iniciativa do Chefe do Executivo*



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SÉRGIO LEÃO

Municipal, nos termos do art. 37, X c/c art. 61, § 1º, II, "a", ambos da CF/88.

Art. 9º. *A revisão da remuneração dos servidores do Poder Legislativo Municipal será procedida, obrigatoriamente, mediante lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, nos termos do art. 37, X c/c art. 51, IV, ambos da CF/88.*

Dado sua vinculação à recomposição de perdas inflacionárias, o Ato legal que vier a instituir a Revisão Geral Anual, deverá conter precisamente o período de apuração (lapso temporal) e o índice oficial aplicado (detalhando o percentual aplicado e a fonte de correção adotada), sob pena de glosa da despesa, restituição ao erário e rejeição da prestação de contas.

O art. 37, X, da CF/88 exige, expressamente, que, para recomposição das perdas inflacionárias (revisão geral) devidas aos servidores públicos do executivo e legislativo, bem como para os agentes políticos do executivo, que a mesma seja instituída por meio de Lei Específica, a qual se excepciona aos Edis, dada a aplicação do princípio da simetria das formas, em face a possibilidade de fixação dos seus subsídios, por meio de Resolução.

Com base nos princípios da harmonia e independência entre os poderes públicos municipais, compete a cada um a propositura de Lei para aplicação da revisão geral anual aos servidores a ele vinculados, ou seja, caberá ao Chefe do Executivo a propositura de Lei que altere os vencimentos de seus servidores, enquanto que para os servidores do Poder Legislativo, a prerrogativa na propositura de Lei é da Câmara Municipal, sendo exigido, em ambos os casos, a utilização de lei em sentido estrito, em respeito à exigência do art. 37, X, da CF/88.

Quanto à fixação dos subsídios dos vereadores e a incidência da revisão geral anual, respeitados os demais limites constitucionais, dada sua prerrogativa legislativa, poderá o mesmo ser feito através de lei específica ou de Resolução, sendo que, no caso da revisão, está ficará limitada (percentualmente) e condicionada (anterioridade) à prévia concessão aos demais servidores do Legislativo Municipal.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SÉRGIO LEÃO

Quanto à fixação dos subsídios dos agentes políticos do executivo municipal, dado a expressa previsão constitucional (Art. 29, V, da CF/88), assiste competência privativa à Câmara Municipal, acerca da prerrogativa para proposição de Lei, razão pela qual, utilizando-se do princípio da simetria das formas, a concessão da revisão geral anual, igualmente deverá ser operacionalizada por meio de proposta de Lei, oriunda da Câmara Municipal, a qual deverá respeitar os índices (percentualmente) e datas (anterioridade) estipulados pela norma legal que conceder tal revisão aos servidores públicos do Executivo Municipal.

Tendo em vista a competência da Câmara Municipal, para proposição de lei que aplique a revisão geral anual aos agentes políticos do Executivo Municipal, caberá ao Legislativo previamente oficial ao Chefe do Executivo, com vistas à aferição de capacidade orçamentária/financeira para a mesma majoração, evitando-se que os valores atualizados, ainda que em consonância com a revisão geral aplicada aos servidores do executivo, possa trazer implicações quanto ao descumprimento de limites de gastos com pessoal.

Considerada a diversidade de prerrogativas para iniciativa do projeto de lei que aplique a revisão geral anual aos agentes políticos do Executivo Municipal e dos servidores daquele Poder Municipal, fica vedada a utilização do mesmo instrumento legal para aplicação da recomposição inflacionária aos indicados agentes e aos demais servidores do executivo.

Assim, é importante frisar que a Revisão Geral Anual dos Agentes Políticos está estritamente condicionada e limitada à prévia concessão da Revisão Geral Anual, dos servidores públicos (efetivos, comissionados e temporários), obedecendo a tríade de mesmo índice, período de apuração e data concessiva.

Quanto ao aspecto formal da Revisão Geral Anual temos que nos remeter, mais uma vez, a Instrução Normativa n.º 004/2015, temos os seguintes comandos normativos, com pertinência:

Art. 13. *Em todos os casos de fixação, revisão ou reajuste, previstos nesta Instrução Normativa, caberá à administração pública realizar o prévio levantamento de planejamento e*



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SÉRGIO LEÃO

impacto orçamentário financeiro, nos termos do art. 165, da CF/88 c/c art. 17, da LRF.

Art. 14. *Para a fixação de subsídios aos agentes políticos, bem como para eventual concessão de revisão geral anual, deverão ser observados, em cada caso, os limites fixados pela Constituição Federal, sob pena de glosa da despesa realizada a maior.*

É de fundamental análise que as revisões gerais anuais, aplicáveis aos subsídios dos vereadores, deverá observar para além do percentual inflacionário, concedidos aos servidores do Poder Legislativo, os demais limites constitucionais.

Quanto aos questionamentos formulados, esta Controladoria, objetivamente, tem a seguinte opinião:

1. *O índice, utilizado nas Revisões Gerais Anuais dos Servidores públicos Municipal, obrigatoriamente, será o IPCA? Podemos usar quais quer índice inflacionário oficial como INPC, IGPM e outros, considerando a viabilidade orçamentária e a capacidade financeira do Município?*

O IPCA não é o índice oficial obrigatório, poderá ser utilizado outros índices desde que oficiais e observados os limites estabelecido na recomposição das perdas inflacionárias, anualmente apuradas, no que qualquer valor que ultrapasse tal limite importará em aumento real, o que é expressamente vedado aos agentes políticos, no curso da legislatura. (Art. 5º, § 1º da IN 004/2015).

2. *Podemos utilizar o índice acumulado incluindo períodos anteriores (anos) que não tenham sido corrigidos?*

Conforme descrito no item 1, a Revisão Geral Anual, tal como prevista pela Constituição Federal, a qual limitada à observância do limite estabelecido na recomposição das perdas inflacionárias, anualmente apuradas, deve ter como base os índices oficiais (INPC, IPCA, IGMP, etc), no que qualquer valor que ultrapasse tal limite importará em aumento real, o que é expressamente vedado



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SÉRGIO LEÃO

aos agentes políticos, no curso da legislatura.(Art. 5º, § 1º e 2º) da IN 004/2015.

3. *Considerando que Leis Municipais específicas promovem a Revisão geral Anual dos Servidores Públicos do Município, à exceção dos agentes políticos. Para os servidores do Legislativo há obrigatoriedade de Lei específica de Iniciativa da Câmara Municipal?*

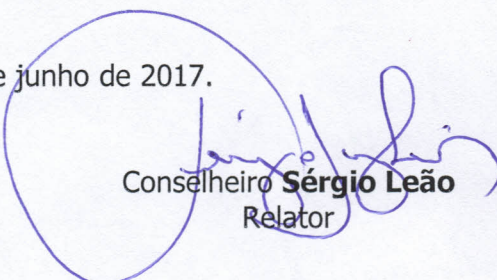
No artigo 9º, caput, da Instrução Normativa n.º 004/2015, é previsto que a revisão da remuneração dos servidores do Poder Legislativo Municipal será procedida, obrigatoriamente, mediante lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, nos termos do art. 37, X c/c art. 51, IV, ambos da CF/88.

4. *Quais as providências a ser adotado, caso afirmativo a resposta.*

Neste sentido, estabelece o artigo 15, da Instrução Normativa n.º 004/2015 que os atos de fixação, revisão/reajuste, serão obrigatoriamente encaminhados para cadastramento neste TCM – PA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua aprovação, sob pena de multa, na forma regimental.

Esta é a resposta à CONSULTA formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Belém, 06 de junho de 2017.


Conselheiro **Sérgio Leão**
Relator